



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

### RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

**PROCESSO LICITATÓRIO N° 001/2020**  
**PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2020**

**Denominação:** \_\_\_\_\_

**CNPJ n°:** \_\_\_\_\_

**Endereço:** \_\_\_\_\_

**e-mail:** \_\_\_\_\_

**Cidade:** \_\_\_\_\_ **Estado:** \_\_\_\_\_ **CEP** \_\_\_\_\_

**Telefone:** \_\_\_\_\_ **Fax:** \_\_\_\_\_

**Representante Legal** \_\_\_\_\_ **CPF:** \_\_\_\_\_

**N° do Registro na Junta Comercial:** \_\_\_\_\_

**Data do Registro na Junta Comercial:** \_\_\_\_\_

Obtivemos, através do acesso à página [www.itanhandu.mg.gov.br](http://www.itanhandu.mg.gov.br), nesta data, cópia do instrumento convocatório da licitação acima identificada.

Local: \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
**Assinatura**

Senhor Licitante,

Visando à comunicação futura entre esta Prefeitura e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada do Edital e remetê-lo ao Departamento de Licitações, por meio do fax (35) 3361-3857 ou do e-mail [licitacao@itanhandu.mg.gov.br](mailto:licitacao@itanhandu.mg.gov.br)

A não remessa do recibo exime a Prefeitura Municipal de Itanhandu da responsabilidade da comunicação, por meio de fax ou e-mail, de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

### Edital de Pregão nº. 001/2020

#### PREÂMBULO

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2020**

**EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2020**

**DATA DA REALIZAÇÃO: 27/02/2020**

**HORÁRIO: 09h:30min horas.**

**LOCAL: Prefeitura Municipal de Itanhandu – Sala de Reuniões.**

O MUNICÍPIO DE ITANHANDU torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM – Processo nº. 001/2020** objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL**, que será regida pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº. 266 de 20 de março de 2006, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do pregão será realizada após o credenciamento que será na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itanhandu, sito a Praça Prefeito Amador Guedes, nº. 165, Centro, iniciando-se no dia **27 de fevereiro de 2020**, às **09h:30min** e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

#### **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

- **Anexo I** – Termo de Referência;
- **Anexo II** – Minuta de Contrato;
- **Anexo III** – Modelo de Carta de Credenciamento;
- **Anexo IV** – Modelo de Declaração de pleno atendimento aos requisitos de Habilitação;
- **Anexo V** - Modelo de Declaração de não empregar menor;
- **Anexo VI** – Modelo de Declaração de Inexistência de fatos supervenientes impeditivos da Qualificação;
- **Anexo VII** – Modelo de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- **Anexo VIII** – Modelo da Proposta Comercial;

#### **I - DO OBJETO**

1.1 - A presente licitação tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL**, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, e assistência 24 horas, incluindo serviços de guincho em todo Território Nacional conforme especificações constantes no Termo de Referência (**anexo I**), que integra este Edital.

#### **II - DA PARTICIPAÇÃO**



Praça Prefeito Amador Guedes, 165 - Centro - 37464000 - Itanhandu MG.  
Email: [licitacao@itanhandu.mg.gov.br](mailto:licitacao@itanhandu.mg.gov.br) - [www.itanhandu.mg.gov.br](http://www.itanhandu.mg.gov.br)  
TEL: (35) 3361 2000 / FAX: (35) 3361 3857





## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

2.1 - Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.

2.2 - Os envelopes de documentação e propostas, quando enviados por via postal ou equivalente (serviços especializados de entrega, transportadora etc...), somente serão considerados se derem entrada no Protocolo Municipal de Itanhandu até a data e hora definidas no Preâmbulo deste Edital, independentemente da data e horário da postagem ou da remessa.

2.3 – Não poderá participar do presente certame, a licitante que não cumprir o estabelecido neste Edital, e ainda que:

- a) Com falência decretada ou concordata, em liquidação judicial ou extrajudicial;
- b) Que estejam com o direito de licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SUSPENSA (Federal, Estadual e/ou Municipal);
- c) Em funcionamento sob regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- d) Declaradas inidôneas por qualquer Órgão Público;
- e) Empresas cujos sócios ou proprietários foram condenados em processos criminais transitados em julgado por corrupção ativa, tráfico de influência, impedimento, perturbação ou fraude de concorrência, formação de quadrilha e outros crimes tipificados como ilícitos de malversação de recursos públicos, nos termos da Lei Municipal nº 1009/2017;

2.4 – A observância das vedações deste item é de inteira responsabilidade da licitante, que, pelo descumprimento, sujeitar-se-á às penalidades cabíveis;

### III - DO CREDENCIAMENTO

3.1 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

3.1.1 - Tratando-se de representante legal:

3.1.1.1 - empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

3.1.1.2 - microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

3.1.1.3 - sociedade empresária/comercial ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

3.1.1.4 - sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

3.1.1.5 - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.1.2 - Tratando-se de procurador:

3.1.2.1 - Instrumento de procuração público ou particular ou Carta de Credenciamento com poderes específicos para, além de representar a proponente em todas as etapas / fases do pregão, formular verbalmente lances ou ofertas na (s) etapa (s) de lances, desistirem verbalmente de formular lances ou ofertas nas etapas de lances, negociarem a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar as atas da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo pregoeiro, enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no item 3.1.1.1 a 3.1.1.5 que comprove os poderes do mandante para a outorga;

3.1.3 - Tratando-se de envio de envelopes sem representante:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

3.1.3.1 – Em caso de Envelopes enviados via Correios ou protocolados na Prefeitura, apresentar normalmente os documentos enumerados nos itens 3.1.1 e 3.1.2 fora dos envelopes de proposta e habilitação, sob pena de não credenciamento da empresa.

3.2 – A LICITANTE deverá apresentar, também, no ato do credenciamento, a **Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação**, conforme exigido no inciso VII do art. 4º da Lei 10.520/02 (Modelo Anexo IV).

3.3 - O representante legal ou o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto

3.4 - Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar uma credenciada.

3.5 - A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do Pregoeiro.

3.6 - Os documentos necessários ao Credenciamento e à Habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas, por servidor público autorizado ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio, exceção para os emitidos via Internet.

3.7 - Não serão aceitos documentos enviados por fax, protocolos ou por qualquer tipo de correio eletrônico.

3.8 - A LICITANTE que não apresentar o documento de credenciamento nos termos definidos no item 3.1 e respectivos subitens ficará impedida de apresentar lances, não poderá manifestar-se durante a sessão, ficará impossibilitada de responder pela empresa e interpor recurso em qualquer fase. Somente será aproveitada a sua proposta escrita, sendo-lhe resguardado o direito de assistir à sessão pública.

3.9 - Os documentos acima referidos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **IV - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.**

4.1 - A **declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação** (conforme anexo IV) e a Declaração de ME ou EPP (conforme anexo V) deverão ser apresentadas fora dos Envelopes nº 01 (Proposta) e nº 02 (Habilitação).

4.2 – A **declaração de Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte** visando ao exercício da preferência prevista na Lei Complementar nº 147/14, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no Anexo V deste Edital, e apresentada **FORA** dos Envelopes nº 01 (Proposta) e nº 02 (Habilitação), acompanhada de documento que comprove a condição da empresa.

4.2.1 – **As Licitantes que se enquadram como Micro ou Pequena Empresa, nos termos da Lei Complementar 123/2006, caso desejem obter tais benefícios deverão comprovar essa condição mediante apresentação de Declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial de seu domicílio, se inscrita no Registro Público de Empresas Mercantis, ou a declaração de enquadramento arquivada ou a Certidão de Breve Relato emitida pelo Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas em que conste a informação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos do art. 2º do Decreto Estadual nº 44.630/2007, art. 5º, parágrafo 1º, Inc. II, alíneas 'a' e 'b', da Resolução Conjunta SEPLAG/SEF nº 9.576/2016 e conforme o Art. 8º da IN 103, DE 30/04/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC.**

4.2.2 - A Certidão Simplificada da Junta Comercial deve ter data de expedição não superior a 01 ano, contados da entrega dos envelopes;

4.2.2 - A licitante que não fizer a comprovação, será interpretado como renúncia tácita aos benefícios concedidos, sem prejuízo da participação no certame.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

4.3 - A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente e todos os dados que identifique a empresa, os seguintes dizeres:

**Envelope nº 1 – Proposta**  
**Pregão nº 001/2020**  
**Processo nº 001/2020**

**Envelope nº 2 – Habilitação**  
**Pregão nº 001/2020**  
**Processo nº 001/2020**

4.4 - A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado ou carimbado pela empresa e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.

### V - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA

5.1 - A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

5.1.1 - Cabeçalho contendo todos os dados que identifique a empresa;

5.1.2 - Número do processo e do Pregão;

5.1.3 - Descrição do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações do modelo de proposta – Anexo VIII deste Edital;

5.1.4 - Preço unitário e total, por item, em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo 02 (duas) casas decimais depois da vírgula, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;

5.1.5 - Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias;

5.2 – A licitação será julgada e adjudicada à Licitante que ofertar o **menor preço por item**, observados os requisitos deste edital e os previstos na legislação pertinente.

5.3 – Será desclassificada a Proposta que:

a) Não atenda às exigências deste instrumento convocatório ou das diligências;

b) Esteja incompleta ou contenha emendas, rasuras, entrelinhas ou linguagem que dificulte a exata compreensão do enunciado;

c) Apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, excessivos ou com franquia acima da estipulada no Anexo VIII;

5.3.1 – Serão considerados inexequíveis os valores que não venham a ter demonstrada a sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes são compatíveis com a execução do objeto.

5.3.2 – O Pregoeiro poderá solicitar à(s) Licitante(s) documentação que comprove a exequibilidade da proposta apresentada nos termos do disposto no subitem anterior.

5.3.3 – A não apresentação da documentação mencionada no subitem anterior, no prazo determinado pelo Pregoeiro, resultará na desclassificação da(s) Licitante(s) e incorrerá em penalidades conforme previsto no Item 12 deste Edital.

5.4 – Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta escrita, salvante as alterações dos preços decorrentes da etapa de lances ou a correção de meros erros formais.

5.5 – Poderão ser corrigidos pelo pregoeiro erros meramente matemáticos.

5.6 – A falta de rubrica, data e/ou assinatura na proposta somente poderá ser suprida por representante da proponente, com poderes para tal fim, que esteja presente na reunião de abertura dos envelopes.

### VI - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO”

O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados os quais dizem respeito a:



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

### 6.1 - REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA

- a - prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b - certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união;
- c - certidão de regularidade com a Fazenda Estadual da sede da licitante ou outra prova equivalente, na forma da lei;
- d - prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativo à sede da licitante;
- e - certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f - certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), provando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

6.1.1 - As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião no presente certame, deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

6.1.2 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 02(dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período a critério da administração pública municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão das certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.1.3 - A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem 6.2.2 implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

### 6.2 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

6.2.1 – Comprovação de autorização de funcionamento da Entidade junto à SUSEP – Superintendência de Seguros Privados, nessa subentendida a operação com seguros automotivos;

6.2.2 – Certidão de Regularidade emitida pela SUSEP, sem ocorrências de pendências;

6.2.3 – Atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, em nome do licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão da licitante para desempenho de atividades do ramo de seguros, objeto da presente licitação relativo à qualificação técnica;

### 6.3 – OUTRAS COMPROVAÇÕES

6.3.1 – Declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 14 (quatorze) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal de 1988, conforme Modelo Anexo V.

6.3.2 - Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica da Licitante, com data da expedição ou revalidação dos 90 (noventa) dias anteriores à data da realização da Licitação, caso o documento não consigne prazo de validade;

6.3.3 – Declaração do licitante, a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação, nos termos do artigo 32, parágrafo 2º e artigo 97 da Lei n.º 8.666/93. (Anexo VI).

### 6.4 – CONSIDERAÇÕES SOBRE A HABILITAÇÃO

6.4.1 – Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

6.4.2 - Os documentos necessários à Habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas, por servidor público autorizado ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou membro da equipe de apoio.

6.4.3 – A ausência ou a apresentação de documentos em desacordo com o previsto neste Edital inabilitará a proponente.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

6.4.4 – Para fins de habilitação, é facultada ao pregoeiro a verificação de informações e o fornecimento de documentos que constem de sítios eletrônicos de órgãos e entidades das esferas municipais, estadual e federal, emissores de certidões, devendo tais documentos ser juntados ao processo.

6.4.5 – A possibilidade da consulta prevista no subitem anterior não constitui direito da licitante, e a Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos no momento da diligência, hipóteses em que, em face do não saneamento das falhas constatadas, a licitante será declarada inabilitada.

6.4.6 – Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada.

6.4.7 – Na eventualidade da empresa licitante possuir filiais, a documentação a ser apresentada deverá ser pertinente apenas à empresa matriz ou à empresa filial participante, ficando desde já ressaltado que a contratação se efetivará com pessoa jurídica ofertante da documentação em comento.

6.4.8 – Havendo recolhimento centralizado do INSS, ou seja, abrangendo matriz e filiais, bastará a apresentação da CND referente a matriz.

6.4.9 – A ausência ou a apresentação de documentos em desacordo com o previsto neste Edital inabilitará a proponente, impossibilitando a abertura do envelope “Proposta”. Os documentos acima mencionados não poderão ser substituídos por qualquer protocolo.

6.4.10 – Após a fase de habilitação, não cabe desistência da proposta de preços, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão Permanente de Licitação.

### 6.5 – VISTORIA PRÉVIA DOS VEÍCULOS

6.5.1 – A vistoria é facultativa. A licitante poderá vistoriar os veículos a serem segurados, conforme as regras estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência.

## VII - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

7.1 - No dia, horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o recebimento do credenciamento dos interessados, da Declaração de que a proponente cumpre os requisitos de habilitação, bem como dos envelopes “proposta” e “habilitação”.

7.2 – Iniciada a abertura do primeiro envelope “proposta”, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

7.3 - A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

- a) não se refira à integralidade do quantitativo solicitado em cada lote;
- b) presente as condições previstas no art. 48, II da Lei n.8.666/93;
- c) presente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado;
- d) não atenda às exigências do instrumento convocatório ou das diligências;
- e) não atenda às especificações do objeto desta licitação;

7.3.1 - No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

7.3.2 - Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

7.4 - As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

- a) seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% superiores àquela;
- b) não havendo pelo menos 3 (três) preços nas condições definidas na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

7.4.1 – Participará dos lances verbais a LICITANTE que apresentar a proposta com o MENOR PREÇO POR ITEM.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

7.5 - O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

7.6 - Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.

7.7 - A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

7.8 – Se houver empate, será assegurado o exercício do direito de preferência às microempresas e empresas de pequeno porte, nos seguintes termos:

7.8.1 – Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

7.8.2 – A microempresa ou empresa de pequeno porte cuja proposta for mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da fase de lances, situação em que sua proposta será declarada a melhor oferta;

7.8.2.1 – Para tanto, será convocada para exercer seu direito de preferência e apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, a contar da convocação do Pregoeiro, sob pena de preclusão;

7.8.2.2 – Se houver equivalência dos valores das propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.8.1, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá exercer a preferência e apresentar nova proposta;

7.8.2.2.1 – Entende-se por equivalência dos valores das propostas as que apresentarem igual valor, respeitada a ordem de classificação;

7.8.3 – O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada pela própria microempresa ou empresa de pequeno porte;

7.8.4 – Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, retornar-se-ão, em sessão pública, os procedimentos relativos à licitação, nos termos do disposto no artigo 4º, inciso XXIII, da lei nº 10.520/02, sendo assegurado o exercício do direito de preferência na hipótese de haver participação de demais microempresas e empresas de pequeno porte cujas propostas se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 7.8.1;

7.8.4.1 – Na hipótese de não contratação da microempresa e empresa de pequeno porte, e não configurada a hipótese prevista no subitem 7.8.4, será declarada a melhor oferta aquela proposta originalmente vencedora da fase de lances.

7.9 – Após a fase de lances, serão classificadas, na ordem crescente dos valores, as propostas não selecionadas por conta da regra disposta na alínea “a” do item 4, deste Capítulo VII, e aquelas selecionadas para a etapa de lances, considerando-se para estas, o último preço ofertado.

7.10 - O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

7.11 - Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

7.11.1 - A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo Departamento de Compras, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

7.12 - Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação do respectivo proponente.

7.13 - Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

- a) substituição e apresentação de documentos, ou
- b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

7.13.1 - A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.

7.13.2 - A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.

7.14 - Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

7.15 - Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja autora atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

### VIII – DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO.

8.1 - No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

8.2 - A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

8.3 - Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

8.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

8.5 - O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.6 - A adjudicação será feita dos itens do objeto.

### IX - DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DO OBJETO DA LICITAÇÃO.

9.1 – O contrato terá vigência por 12 (doze) meses, garantindo-se todas as coberturas previstas neste Edital, no Termo de Referência e no Instrumento Contratual, contados a partir da emissão das apólices, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério do CONTRATANTE, desde que presentes as condições e preços mais vantajosos para a Administração, consoante estabelecido no art. 57, inciso II.

9.2 – A prestação de serviços de seguros, conforme termo de referência deverá ser executado conforme consta nos anexos deste Edital, em especial a minuta contratual e a proposta apresentada;

9.3 – A Licitante adjudicada e contratada assumirá integral responsabilidade pelos danos que causar a Prefeitura Municipal ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução da Prestação de Serviços, isentando o Município contratante de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

9.4 – A Prefeitura se reserva no direito de recusar no todo ou em parte, conforme o caso, item ou itens do objeto licitado que não atender as especificações solicitadas, ou ainda que for considerado inadequado para satisfazer a contratação proposta, conforme apontamentos feitos pela fiscalização efetivada por servidor do seu quadro designado exclusivamente para esta tarefa;

9.5 – A Licitante adjudicada e contratada será a única responsável para com seus empregados e auxiliares no que concerne ao cumprimento da legislação trabalhista, previdência social, seguro ou acidentes de trabalho ou quaisquer outros encargos previstos em Lei, em especial no que diz respeito às normas de segurança do trabalho, previstas na Legislação Federal, sendo que o seu descumprimento poderá motivar



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

a aplicação, de multas por parte da Administração ou rescisão contratual com a aplicação das sanções cabíveis.

9.6 – Fica vedada à empresa licitante vencedora a subcontratação e ou subempreitar os serviços.

### X - DA FORMA DE PAGAMENTO

10.1 – O pagamento será efetuado na seguinte forma: 04 (quatro) parcelas iguais e mensais contado do recebimento definitivo da apólice, no prazo de até 30 (trinta) dias para o pagamento da primeira parcela e as demais com 60, 90, e 120 dias, à vista do respectivo Termo de Recebimento Definitivo das apólices de seguro.

10.2 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu prazo para pagamento será contado novamente a partir da data de sua apresentação válida.

10.3 – Serão processados os descontos e retenções referentes ao ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte e INSS, nos termos da Legislação local e federal;

10.4 – Para a efetivação dos pagamentos, obrigatoriamente deverá a empresa contratada estar em dia com o FGTS e tributos Federais e União, comprovado através da apresentação da certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da união;

### XI - DA CONTRATAÇÃO

11.1 - A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante celebração de termo de Contrato, cuja respectiva minuta constitui anexo do presente ato convocatório, conforme anexo II.

11.2 - A adjudicatária deverá, no prazo de até 05 dias corridos contados da data da convocação, comparecer a Prefeitura Municipal de Itanhandu, junto ao Departamento de Compras para assinar o referido termo.

11.3 – Considerar-se-á vencido o contrato quando expirado o prazo estabelecido no subitem 9.1.

11.4 - A recusa injustificada por parte da ADJUDICATÁRIA, para assinatura do contrato, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se a ADJUDICATÁRIA infratora ao pagamento de multa correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da proposta, além de outras sanções legais cabíveis.

11.5 – Não atendendo a ADJUDICATÁRIA à convocação para assinatura do contrato ou deixando de fazê-lo por qualquer motivo a ele imputado, convocar-se-á outra LICITANTE, segundo a ordem de classificação, caso não haja interesse da Prefeitura Municipal de Itanhandu na realização de nova licitação, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 8.666/93.

11.5.1 – Na convocação das Licitantes remanescentes será observada a classificação final da sessão originária do Pregão, devendo a(s) convocada(s) apresentar(em) os Documentos de Habilitação exigidos no Edital em plena validade.

11.5.2 – O disposto no subitem 11.4 não se aplica às LICITANTES remanescentes convocadas para assinar o contrato nos termos e condições da ADJUDICATÁRIA, quando esta deixar de cumpri-la.

11.6 - A licitante adjudicatária obriga-se a manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato;

### XII - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

12.1 - A adjudicatária que, convocada no prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar documentos solicitados ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado pelo prazo de até 2 (dois) anos, e,



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

quando suspenso, descredenciado dos sistemas de cadastramento onde estiver inscrita, sem prejuízo das multas aplicáveis e demais cominações legais.

12.2 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da CONTRATADA, sujeitando-se às seguintes penalidades:

12.2.1 – multa: 10% (Dez por cento) do valor da licitação, no caso da adjudicatária, injustificadamente, desistir do fornecimento ou recusar-se à retirada desta.

12.2.2 – multa: 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de rescisão unilateral do mesmo.

12.2.3 – impedimento de contratar com o Município de Itanhandu, por até 02 anos.

12.2.4 – declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública.

12.3 - As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, após regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1 – Será de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação do ato, o prazo para apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas no item 12 deste edital.

12.4 - Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

12.5 - Consideram-se motivos de força maior ou caso fortuito aqueles constantes no art. 393 do Código Civil Brasileiro.

12.6 – Nas hipóteses em que o “Caso Fortuito ou Força Maior” forem aceitos, poderão ser prorrogados os demais prazos, automaticamente, por tantos dias quantos durarem as causas impeditivas, não se lhes aplicando quaisquer multas.

### XIII - DO PREÇO E DA DOTAÇÃO

13.1 Os preços ofertados deverão incluir todos os custos diretos e indiretos da proponente, inclusive encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto licitado.

13.2 Serão desclassificadas as propostas, cujos preços sejam incompatíveis com a realidade de mercado.

13.3 - Os recursos necessários para fazer frente às despesas da aquisição, onerarão as dotações próprias do orçamento do ano de 2020:

**112** - 02.04.01.04.122.0007.2015 - Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

**125** - 02.04.03.08.243.0015.2030 - Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar (FMAS)

**139** - 02.04.03.08.244.0012.2022 - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF (FMAS)

**164** - 02.05.01.04.122.0007.2031 - Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente

**291** - 02.07.01.10.301.0025.2068.3.3.90.39.00 - Manutenção da Atividade Saúde da Família

**318** - 02.07.01.10.302.0023.2058.3.3.90.39.00 - Manutenção da Atividade de Saúde Mental

**330** - 02.07.01.10.302.0023.2060.3.3.90.39.00 - Ações de Tratamento Fora do Município – TFD

**391** - 02.07.01.10.304.0022.2056.3.3.90.39.00 - Manutenção das Atividades de Vigilância Sanitária

**492** - 02.09.03.12.361.0033.2097.3.3.90.39.00 - Manutenção do Transporte Escolar Fundamental

**540** - 02.09.03.12.365.0033.2096.3.3.90.39.00 - Manutenção do Transporte Escolar Infantil

**571** - 02.10.00.15.452.0036.2099.3.3.90.39.00 - Manutenção da Infra Estrutura, de Serviços Gerais

### XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

14.2 - A licitante adjudicatária obriga-se a manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

exigidas na licitação, devendo comunicar, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do contrato;

14.3 - Os atos e procedimentos decorrentes da presente licitação serão publicados no site oficial da Prefeitura Municipal e Diário On-line dos Municípios Mineiros. Assim sendo, os prazos previstos correrão a partir destas publicações;

14.4 - O Município de Itanhandu (MG) reserva-se no direito de anular ou revogar esta licitação no total ou em parte, desde que se verifique a legalidade ou conveniência da Administração, nos termos do art. 49 da Lei Nº. 8.666/93

14.5 - Até 02 dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

14.5.1 - A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de 1 dia útil.

14.5.2 - Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

14.6 - Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.

14.7 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Itanhandu - MG.

14.8 - As eventuais dúvidas dos interessados poderão ser dirigidas à Comissão de Licitação através do fax n.º (35) 3361-3857; e interessados em adquirir o edital pelo site [www.itanhandu.mg.gov.br](http://www.itanhandu.mg.gov.br) diretamente à Praça Prefeito Amador Guedes n.º 165 centro – Itanhandu – MG.

**Itanhandu – MG, 07 de Fevereiro de 2020.**

**MARCOS ALEXANDRE DE CARVALHO**  
**PREGOEIRO**

De Acordo: \_\_\_\_\_  
**GUSTAVO LEVENHAGEN MOURA**  
**PROCURADOR GERAL DO**  
**MUNICÍPIO**

### Anexo I – Termo de Referência

#### 01 - Objeto:

A presente licitação tem como objeto a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, e assistência 24 horas, incluindo serviços de guincho em todo Território Nacional, pelo menor Preço por item, conforme normas e condições definidas neste ato Edital e em seus anexos.**

#### 02 – Condições/Especificações Técnicas

**2.1 – Este documento estabelece os critérios para a contratação de seguro para veículos da Prefeitura Municipal de Itanhandu.**

#### **2.2- Meta Física:**

**Contratação do seguro objeto deste Pregão para 25 (vinte e cinco) veículos do Município.**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

### 2.3 – Período de Execução:

A apólice terá sua vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos até o limite de 60 meses.

### 2.4 – Condições Gerais:

#### 2.4.1 – Valor de mercado referenciado:

2.4.1.1 – Em caso de indenização integral, o valor pago deverá ser tomado como base em 100% (cem por cento) do valor divulgado pela FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, divulgada pelo site [www.fipe.org.br](http://www.fipe.org.br)

2.4.1.2 – Em caso de extinção ou interrupção da publicação da tabela FIPE, a tabela substituta será a tabela MOLICAR, divulgada pelo site [www.molicar.com.br](http://www.molicar.com.br), com o mesmo percentual, vedada a utilização de qualquer outra tabela.

2.4.1.3 – Tratando-se de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a 90 (noventa) dias a contar data de seu recebimento pela prefeitura, independentemente da quilometragem rodada no período.

2.4.1.3.1 – Entende-se por valor do veículo novo, o valor do veículo zero quilometro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.

#### 2.4.2– Da Apólice:

2.4.2.1 – A emissão deverá resultar em **25 apólices**, de acordo com os veículos do Fundo Municipal de Saúde e de Assistência Social, não gerando custos para a Contratante.

2.4.2.2 – Deverá constar na apólice:

- a) Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações.
- b) Indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos de publicação.
- c) Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado. No caso 100%, sendo o mesmo percentual aplicado para veículos tipo caminhão e tipo passeio.
- d) Prêmios discriminados por cobertura.

2.4.2.3 – Limites de indenização por cobertura - Orçamento Estimativo.

a) Responsabilidade Civil Facultativa (RCF):

I – Valor para indenização de danos materiais para veículos Tipo Passeio: R\$ 100.000,00 (cinquenta mil reais)

II – Valor para indenização de danos materiais para veículo Caminhão: R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

III – Valor para indenização de danos corporais para veículos Tipo Passeio: R\$ 100.000,00 (cinquenta mil reais)

IV – Valor para indenização de danos corporais para veículo Caminhão: R\$ 100.000,00 (cem mil reais)

b) Acidente por Passageiro (APP):

I – Valor para indenização morte por passageiro: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

II – Valor para indenização invalidez permanente por passageiro: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

III – Valor para indenização com despesas médicas e hospitalares por passageiro (DMH): R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais);

IV – Valor para indenização com dano moral (DMO), R\$ 10.000,00 (Dez Mil Reais);

2.4.2.4 – Bônus, quando houver, observando o disposto das Especificações Técnicas

2.4.2.5 – Franquia aplicável, observando no item 2.4.6 destas Especificações Técnicas.

2.4.2.6 – As apólices deverão ser disponibilizada para a Contratante, em meios eletrônicos e com assinatura eletrônica válida, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da emissão da ordem de serviço.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

2.4.2.7 – Para a inclusão por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, a Contratada disporá de até 15 (quinze) dias, a contar do recebimento do pedido expresso pela Secretaria Municipal de Serviços Gerais e Transporte.

2.4.2.8 – O fato de a seguradora deixar de disponibilizar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos nesta contratação, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penas previstas em lei pelo referido atraso.

### 2.4.3 – Da Avaria:

2.4.3.1 – Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, isto não será impeditivo para contratação, sendo, porém, estas avarias excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de Perda Parcial.

2.4.3.2 – Após procedimento de recuperação pelo Município, durante a vigência do seguro, este deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da “Cláusula de Avaria”.

2.4.3.3 – Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral.

2.4.3.4 – Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia, conforme item 2.5.10 destas Especificações Técnica será desconsiderado qualquer cláusula de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com objeto deste seguro.

### 2.4.4 – Do Aviso de Sinistro:

2.4.4.1 – A Contratada deverá colocar à disposição da Contratante, 24 (vinte e quatro) horas por dia durante 7 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.

2.4.4.2 – A central poderá funcionar por email, telefone, fax ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.

2.4.4.3 – Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a Contratada terá, no máximo, 5 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.

2.4.4.4 – Havendo a necessidade de reboque, a Contratada deverá atender em um prazo máximo de **3(três) horas**, após o aviso de sinistro.

### 2.4.5 – Do Endosso:

2.4.5.1 – Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos, na apólice poderão ser solicitadas pelo município e processadas pela seguradora, mediante endosso, aplicando-se as regras constantes dos itens 2.5.15 e 2.5.16 destas Especificações Técnicas.

2.4.5.2 – Poderá ser solicitada, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, local de permanência para utilização do veículo, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, durante o período da vigência da apólice.

2.4.5.3 – A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias, a contar de pedido expresso pela Secretaria Municipal de Serviços Gerais e Transporte.

### 2.4.6 – Da Franquia:

2.4.6.1 – A franquia considerada é a **50% da obrigatória (REDUZIDA)**, devendo ser observados os itens a seguir:

2.4.6.1.1 – A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

2.4.6.1.2 – Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e na apólice, não devendo exceder o limite máximo informado, sob pena de desclassificação, podendo ser ofertada de acordo com análise por veículos e seus devidos bônus, franquias de valores menores.

2.4.6.1.3 – Os valores de franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como para-brisas frontais, retrovisores, faróis e lanternas não deverá exceder o limite máximo de R\$ 100,00 (cem reais), não sendo cumulativas com a franquia de que trata o item 2.5.7.1 destas especificações.

2.4.6.1.3.1 – A franquia de que trata este item será aplicada de acordo com as quantidades de peças sinistradas. Assim, por exemplo, se houver a quebra simultânea de um farol e uma lanterna, será cobrada uma franquia para o farol e outra para a lanterna.

2.4.6.1.4 – Havendo sinistro com a necessidade específica de substituição de vidros laterais e traseiros, troca de lente de retrovisores e reparo em trincas de para-brisas, a Contratada não cobrará franquia para esses serviços.

2.4.6.1.5 – Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

### 2.4.7 – Salvados:

2.4.7.1 – Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

2.5.7.2 – É de inteira responsabilidade da seguradora contratada, providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da Contratada junto aos órgãos pertinentes.

### 2.4.8 – Dos Sinistros:

2.4.8.1 – Dos Riscos Cobertos: “SEGURO TOTAL”. O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pela Contratante, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme segue:

2.4.8.1.1 – Roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros.

2.4.8.1.2 – Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento envolvendo direta ou indiretamente o bem segurado;

2.4.8.1.3 – Raios e suas consequências.

2.4.8.1.4 – Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros.

2.4.8.1.5 – Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo.

2.4.8.1.6 – Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado.

2.4.8.1.7 – Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo.

2.4.8.1.7.1 – Em casos de que trata o item acima, a seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia. Sua utilização não implica perda de bônus para o segurado.

2.4.8.1.8 – Granizo, furacão e terremoto;

2.4.8.1.9 – Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros.

2.4.8.1.10 – Quebra de para brisas, total ou parcial, faróis e/ou lanternas, retrovisores, obedecendo ao disposto nos itens 2.5.7.1.2 e 2.5.7.1.3 destas especificações.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

2.4.8.1.11 – Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos Pessoais).

2.4.8.1.12 – Acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica.

2.4.8.1.13 – Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os **seguintes serviços mínimos**:

a) Chaveiro;

b) Socorro mecânico emergencial no local do Acidente;

c) Troca de pneus;

b) Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pela Contratante;

c) Transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado; transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo até a residência (sede) do segurado;

d) Remoção para hospital ou domicílio do segurado por lesão;

e) Remoção do veículo através de serviços de guincho.

### 2.4.9 – Da Vistoria Prévia:

2.4.9.1 – As licitantes interessadas em vistoriar os veículos a serem segurados poderão agendar a visita junto à Secretaria Municipal de Serviços Gerais e Transportes.

2.4.9.2 – A vistoria dos veículos deverá ser marcada previamente por intermédio dos telefones (35) 3361-2642 e 3361-1466, na Rua dos Lamins, n.º 113, Bairro Nossa Senhora de Fátima – Itanhandu/MG, onde se encontra os veículos a serem vistoriados.

2.4.9.3 – Não realizada a vistoria, considerar-se-á que todos os concorrentes aceitaram as condições em que se encontram os veículos.

2.4.9.4 – O fato de a seguradora deixar de realizar a vistoria ora prevista não motiva descumprir as obrigações pertinentes a esse objeto, inclusive quanto à cobertura de equipamentos e de acessórios.

### 2.4.10 – Regulação de Sinistro:

2.4.10.1 – Ocorrendo sinistro, a seguradora deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.

2.4.10.2 – Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da seguradora, o município poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a seguradora arcar com o ônus da execução integralmente.

2.4.10.3 – Não será fixado prazo para comunicação de sinistro, podendo ser realizado a critério do município.

2.4.10.4 – Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.

2.4.10.5 – Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará totalmente a cargo do município, não cabendo, pela Contratada, quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço.

2.4.10.6 – O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro.

2.4.10.7 – Havendo descumprimento do prazo estabelecido no item anterior, a seguradora ficará sujeita a multa diária correspondente 2% (dois por cento) do valor da indenização além das penalidades previstas em lei.

### 2.4.11 – Da Indenização:

2.4.11.1 – Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro ocorrerão, obrigatoriamente, por conta da seguradora.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

2.4.11.2 – Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da seguradora.

2.4.11.3 – Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pelo município e/ou terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

### **2.4.12 – Da Indenização Integral:**

2.4.12.1 – Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% (setenta e cinco por cento) do valor referenciado.

2.4.12.2 – Em caso de indenização integral a seguradora não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.

2.4.12.3 – Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do veículo e da sociedade seguradora.

### **2.4.12 – Do Questionário de Avaliação de Risco:**

2.4.12.1 – Os veículos são conduzidos por servidores ou motoristas contratados, de acordo com suas devidas categorias.

2.4.12.2 – Não deverá ser considerado o perfil dos motoristas, por se tratar de seguro de frota;

2.4.12.3 – Diante das informações fornecidas nos itens acima e, devido às características peculiares do serviço, o questionário de avaliação de risco não será aplicado, não motivando o descumprimento das obrigações pertinentes a esse objeto.

### **2.4.13 – Da Inclusão e Substituição:**

2.4.13.1 – Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência da apólice, a Contratada deverá fornecer, previamente, orçamento contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou esta contratação.

2.4.13.2 – Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a seguradora deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

2.4.13.3 – Caberá ao município, em qualquer dos itens, compararem o orçamento apresentado previamente com, pelo menos, dois outros orçamentos, a fim de confirmar a inclusão. O mesmo procedimento será adotado para efeito de substituição de veículos, ficando a Contratada obrigada a aceitar a menor proposta apresentada, caso o seu orçamento não seja o de menor valor.

### **2.4.14 – Da Exclusão:**

2.4.14.1 – Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículos, a Contratada deverá calcular o valor total a ser devolvido ao Município.

## **2.5 – Da liquidação e do Pagamento:**

2.5.1 – O município realizará o pagamento em 04 (quatro) parcelas iguais e mensais contado do recebimento definitivo da apólice, no prazo de até 15 (quinze) dias para o pagamento da primeira parcela e as demais 30, 60, e 90 dias, à vista do respectivo Termo de Recebimento Definitivo do objeto ou Recibo.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

2.5.2 – A contratada deverá apresentar recibo/boleto, para fins de pagamento, junto com a entrega definitiva das apólices (Município de Itanhandu, Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social).

2.5.3 – Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, caso exista pendência quanto a Certidão de regularidade de débito para com o Sistema de Seguridade Social (INSS) e Certidão de regularidade de débito para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e caso a Contratante estiver sediada no Município de Itanhandu, apresentar também prova de regularidade com a Fazenda Municipal.

2.5.4 – O descumprimento, pela Contratada, do estabelecido no item 2.6.3, não lhe gera direito a alteração de preços ou compensação financeira.

### 2.6 – Da Rescisão:

2.6.1 – A rescisão desta contratação se dará nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei 8.666/93.

2.6.2 – No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a Contratada terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o Município adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

### 2.7 – Da Alteração do Contrato:

2.7.1 – Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do Município, com a apresentação das devidas justificativas.

### 2.8 – Das Sanções:

2.8.1 – A Contratada será sancionada com o impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e ser descredenciada no cadastro de fornecedores do Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nestas Especificações Técnicas e demais cominações legais, nos seguintes casos:

- a) apresentação de documentação falsa;
- b) inexecução parcial ou total do objeto;
- c) retardamento da execução do objeto;
- d) falhar na execução da contratação;
- e) fraudar na execução da contratação;
- f) comportamento inidôneo;
- g) fraude fiscal.

---

## ANEXO II

Processo n.º 001/2020-Pregão Presencial n.º 001/2020

**MINUTA DE CONTRATO – N.º XXX/2020**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL**

*Termo de Contrato Administrativo que entre si fazem de um lado o Município de Itanhandu – MG, devidamente autorizado pelo Processo Licitatório n.º 001/2020 – Modalidade Pregão Presencial N.º 001/2020 e de outro*

.....

Por este instrumento particular de contrato, de um lado, o **Município de Itanhandu** Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o n.º 18.186.718/0001-80, com Sede Administrativa nesta cidade



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

na Praça Prefeito Amador Guedes, nº 165, CEP – 37.464-000, representado por seu Prefeito Municipal Sr. Evaldo Ribeiro de Barros, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade RG nº 6.287.519 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 581.261.048-72, residente e domiciliado à Rua Elisa nº 54, Centro, Itanhandu/MG, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, \*\*\*\*\*, localizado na Rua \*\*\*\*\*, Nº \*\*\*\*\*, bairro \*\*\*\*\* no município de \*\*\*\*\*, inscrito no CNPJ sob o n.º \*\*\*\*\*, representado neste ato pelo \*\*\*\*\*, portador do RG nº \*\*\*\*\* e do CPF nº \*\*\*\*\*, residente e domiciliado na \*\*\*\*\*, nº \*\*\*, no centro de \*\*\*\*\*, doravante denominado CONTRATADO com fulcro e nos termos do **PROCESSO LICITATÓRIO N.º 001/2020 - MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2020** e nos termos da Lei Federal Nº 8.666/93, com suas posteriores alterações, fica justo e contratado o que neste instrumento se dispõe, que será pelas partes cumprido, em conformidade com as cláusulas e condições abaixo especificadas:

### DO OBJETO

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Constitui objeto do presente contrato, nos termos do Processo Licitatório nº. 001/2020: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza, e assistência 24 horas, incluindo serviços de guincho em todo Território Nacional** de acordo com as especificações e detalhamentos consignados no Anexo I do Pregão Presencial 001/2020, que, juntamente com as propostas da CONTRATADA, passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

### DO PRAZO E QUANTITATIVO

**CLÁUSULA SEGUNDA:** 2.1 - Este Contrato vigorará pelo mesmo prazo das Apólices de Seguro, sendo as obrigações e responsabilidades nele previstas exigíveis desde a sua assinatura.  
2.2 - As apólices de Seguro vigorarão pelo prazo de 12 (doze) meses.

**Parágrafo Primeiro:** Este contrato poderá ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos até o limite de 60 (sessenta) meses. Havendo prorrogação da vigência do contrato, todas as especificações originais do Anexo I “**Termo de Referência**” do Processo Licitatório nº 001/2020, deverão ser mantidas sem alterações, principalmente quanto às franquias estipuladas.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** 3.1 - Os serviços e seus respectivos preços registrados são os seguintes:

ITEM	SERVIÇO	QUANT	\$ UNITÁRIO	VR. TOTAL
------	---------	-------	-------------	-----------

### DAS CONDIÇÕES E EXECUÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

**CLÁUSULA QUARTA:** 4.1 - Prestação de serviço de seguro total e assistência 24 (vinte e quatro) horas que tem por finalidade o atendimento do veículo assegurado e seus ocupantes, em situações de emergências e serão válidos em todo o Brasil, em caso de pane mecânica ou elétrica, acidente, roubo/furto do veículo, modalidade de valor de mercado referenciado – 100% da tabela FIPE

4.1.1 - Tratando-se de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a 90 (noventa) dias a contar data de seu recebimento pela prefeitura, independentemente da quilometragem rodada no período.

4.1.1.1 – Entende-se por valor do veículo novo, o valor do veículo zero quilometro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

4.1.2 - Dos Riscos Cobertos: “SEGURO TOTAL”. O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pela Contratante, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme segue:

- a) Roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros.
- b) Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento envolvendo direta ou indiretamente o bem segurado;
- c) Raios e suas consequências.
- d) Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros.
- e) Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo.
- f) Acidentes durante o transporte do veículo por meio apropriado.
- g) Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo.
  - Em casos de que trata o item acima, a seguradora deverá providenciar a devida higienização quando o sinistro não atingir o valor da franquia. Sua utilização não implica perda de bônus para o segurado.
- h) Granizo, furacão e terremoto;
- i) Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros.
- j) Quebra de para brisas, total ou parcial, faróis e/ou lanternas, retrovisores, obedecendo ao disposto no Termo de Referência destas especificações.
- k) Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos Pessoais).
- l) Acessórios não referentes a som e imagem, inclusive os originais de fábrica.
- m) Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os **seguintes serviços mínimos**:
  - Chaveiro;
  - Socorro mecânico emergencial no local do Acidente;
  - Troca de pneus;
  - Reboque ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até a oficina autorizada pela Contratante;
  - Transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado; transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo até a residência (sede) do segurado;
  - Remoção para hospital ou domicílio do segurado por lesão;
  - Remoção do veículo através de serviços de guincho.

4.2 – A franquia considerada é a **50% da obrigatória (REDUZIDA)**.

4.3– Não transferir ou ceder o contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem o prévio consentimento da Contratante.

4.4– Assumir inteira responsabilidade civil e administrativa por danos e prejuízos que causar, por descumprimento, omissões ou desvios no objeto deste Pregão.

### DA FORMA DE PAGAMENTO E DO FATURAMENTO

**CLÁUSULA QUINTA-** 5.1 – O pagamento será efetuado na seguinte forma: 04 (quatro) parcelas iguais e mensais contado do recebimento definitivo da apólice, no prazo de até 15 (quinze) dias para o pagamento da primeira parcela e as demais 30, 60, e 90 dias, à vista do respectivo Termo de Recebimento Definitivo do objeto ou Recibo.

5.2 – O pagamento será de acordo com os valores constantes na planilha de preços da proposta adjudicatária.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

5.3 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu prazo para pagamento será contado novamente a partir da data de sua apresentação válida.

5.4 – Para a efetivação dos pagamentos, obrigatoriamente deverá a empresa contratada apresentar o Certificado de Regularidade com FGTS e a Certidão Negativa de Débito para com o INSS;

5.5 – Dados de faturamento, serão especificados na Ordem de Serviço:

### MUNICÍPIO DE ITANHANDU

CNPJ: 18.186.718/0001-80

Endereço: Praça Amador Guedes, nº 165

CEP: 37464-000

Centro de Itanhandu

### FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL- FMAS

CNPJ: 14.794.823/0001-40

Endereço: Rua Manoel Carneiro, nº 534,

Bairro N. Senhora de Fátima

### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CNPJ: 13.260.601/0001-85

Endereço: Rua Eng. Paulo Franco da Rosa, nº 304

CEP: 37464-000

Centro de Itanhandu

## DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

**CLÁUSULA SEXTA:** 6.1 - Os recursos necessários para fazer frente às despesas da aquisição, onerarão as dotações próprias do orçamento do ano de 2020.

**112** - 02.04.01.04.122.0007.2015 - Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

**125** - 02.04.03.08.243.0015.2030 - Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar (FMAS)

**139** - 02.04.03.08.244.0012.2022 - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF (FMAS)

**164** - 02.05.01.04.122.0007.2031 - Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente

**291** - 02.07.01.10.301.0025.2068.3.3.90.39.00 - Manutenção da Atividade Saúde da Família

**318** - 02.07.01.10.302.0023.2058.3.3.90.39.00 - Manutenção da Atividade de Saúde Mental

**330** - 02.07.01.10.302.0023.2060.3.3.90.39.00 - Ações de Tratamento Fora do Município – TFD

**391** - 02.07.01.10.304.0022.2056.3.3.90.39.00 - Manutenção das Atividades de Vigilância Sanitária

**492** - 02.09.03.12.361.0033.2097.3.3.90.39.00 - Manutenção do Transporte Escolar Fundamental

**540** - 02.09.03.12.365.0033.2096.3.3.90.39.00 - Manutenção do Transporte Escolar Infantil

**571** - 02.10.00.15.452.0036.2099.3.3.90.39.00 - Manutenção da Infra Estrutura, de Serviços Gerais

## DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

**CLÁUSULA SÉTIMA:** 7.1- **As obrigações e contrapartida dos CONTRATANTES:**

7.1.1 – Fiscalizar a prestação dos serviços e atestar a sua efetiva execução, e também para liquidar as respectivas despesas mensais.

7.1.2 – Informar a empresa CONTRATADA sobre qualquer irregularidade verificada nos serviços.

7.1.3 – Emitir nota de empenho a crédito do Fornecedor contrato no valor correspondente a prestação de serviço.

7.1.4 – Cumprir as obrigações financeiras do presente contrato.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

7.1.5– Deliberar sobre os casos omissos e não previstos, observadas as disposições da Lei Federal n.º 8.666/93 e/ou mediante acordo entre as partes.

### **CLÁUSULA OITAVA: 8.1 – As obrigações da CONTRATADA:**

8.1.1 – Além das determinações contidas no Edital, nas normas jurídicas e neste Contrato, obriga-se a Contratada a:

- a) Responsabilizar-se única, integral e diretamente pelos serviços contratados e obrigações assumidas, nos termos do instrumento e da legislação vigente, inclusive a liquidação de sinistros e pagamentos de indenizações, mesmo que o seguro tenha sido distribuído por meio de resseguro/cosseguro;
- b) Entregar as apólices no prazo máximo de 15 (quinze dias), a contar da emissão da Ordem de Serviço.
- c) Obedecer todas as condições gerais contidas nas normas da SUSEP e do Código Civil e Lei 8.666/93.
- d) Designar um preposto, devidamente aprovado pela CONTRATANTE, ato contínuo da emissão da apólice, mantendo-o à disposição da CONTRATANTE, para representar a Contratada na execução do contrato e atender aos chamados da Secretaria Municipal de Serviços Gerais e Transporte, principalmente em situações de urgência, inclusive nos finais de semana e feriados, por meio de telefonia móvel ou outro meio igualmente eficaz;
- e) Pagar a indenização devida, nos termos da apólice e das disposições editálicas;
- f) Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela CONTRATANTE, por meio de pessoa devidamente credenciada, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com o serviço contratado;
- g) Cumprir os prazos previstos neste edital e outros fixados pela Contratante, principalmente aqueles referentes ao envio das Apólices de Seguro e ao pagamento das verbas indenizatórias relativas a sinistros.
- h) Prestar os serviços dentro do melhor padrão de qualidade e confiabilidade.
- i) Responsabilizar-se inteira e exclusivamente, por todas as despesas que possam surgir a qualquer tempo, pela prestação dos serviços, transporte e quaisquer outras decorrentes desta contratação.
- j) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite legal.
- k) Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação.
- l) Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer prejuízos materiais ou pessoais, causados a Contratante ou a terceiros, por ele ou por seus prepostos ou empregados.
- m) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, resultante da execução do Contrato.
- n) Não transferir o presente Contrato, no todo ou em parte, ou subcontratar o serviço, sem o prévio consentimento da Contratante.

### **DA FISCALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO**

**CLÁUSULA NONA: 9.1** - A fiscalização deste contrato será exercida pelo servidor Fábio Marcelino Martins Guedes, Diretor de Transporte, Matrícula 0921, a quem competirá dirimir dúvidas que surgirem na sua execução, além de acompanhar e fiscalizar, atestar as Notas fiscais/faturas dos serviços desde que tenham sido executados a contento e observado a aplicação do valor correspondente, encaminhando a documentação para pagamento.

9.2 – As exigências e a atuação da fiscalização pela Prefeitura Municipal de Itanhandu em nada restringe a responsabilidade, única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne à execução do objeto do contrato.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

### DA GARANTIA

**CLÁUSULA DÉCIMA:** A CONTRATADA se obriga a executar os serviços objeto deste contrato com qualidade e se responsabiliza em reparar, sem custo adicional, quando não alcançarem os objetivos propostos e desejados.

### DA RESCISÃO, ALTERAÇÕES E SUPRESSÕES

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** A rescisão deste instrumento poderá ser efetivada, caso ocorra os motivos mencionados no art.78 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, com comunicação por escrito, entregue, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias, reger-se-á no disposto do art. 79.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** Este contrato administrativo poderá sofrer alterações e/ou supressões, em forma de Termos Aditivos, em conformidade com os arts. 57 e 65 da referida Lei, bem como a recomposição de preço para a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro.

### DAS PENALIDADES

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:**

13.1 - A adjudicatária que, convocada no prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar documentos solicitados ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado pelo prazo de até 2 (dois) anos, e, quando suspenso, descredenciado dos sistemas de cadastramento onde estiver inscrita, sem prejuízo das multas aplicáveis e demais cominações legais.

13.2 - O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas caracterizará a inadimplência da CONTRATADA, sujeitando-se às seguintes penalidades:

13.2.1 – multa: 20% (dez por cento) do valor do contrato, no caso da adjudicatária, injustificadamente, desistir do fornecimento ou recusar-se à retirada desta.

13.2.2 – declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública.

13.3 - As sanções previstas poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a gravidade do descumprimento, após regular processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1 – Será de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação do ato, o prazo para apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas no item 13 deste edital.

13.4 - Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

13.5 - Consideram-se motivos de força maior ou caso fortuito aqueles constantes no art. 393 do Código Civil Brasileiro.

13.6 – Nas hipóteses em que o “Caso Fortuito ou Força Maior” forem aceitos, poderão ser prorrogados os demais prazos, automaticamente, por tantos dias quantos durarem as causas impeditivas, não se lhes aplicando quaisquer multas.

### DOS CASOS OMISSOS E DO FORO

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:-** Nos casos omissos e não previstos neste contrato administrativo, serão aplicadas as normas e regulamentações vigentes, que também prevalecerão quando houver conflitos em suas Cláusulas.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:-** As partes elegem do Foro da Comarca de Itanhandu - MG, para dirimir as questões decorrentes deste instrumento, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

*E assim, ajustados e contratados na melhor forma de direito, as partes por seus representantes legais, assinam o presente contrato administrativo, em duas vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo identificadas e assinadas.*

....., ..de ..... de 2020.

---

### CONTRATANTE

Evaldo Ribeiro de Barros  
**PREFEITO MUNICIPAL**

---

### CONTRATADO

.....  
.....

---

Gustavo Levenhagen Moura  
**PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO**  
**OAB/MG**

TESTEMUNHAS:

---

CPF: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

### ANEXO III

#### MODELO DE CARTA PARA CREDENCIAMENTO

**Processo Licitatório nº 001/2020**

**Pregão Presencial nº:001/2020**

Pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, a Empresa \_\_\_\_\_ CNPJ nº \_\_\_\_\_, por seu Representante Legal abaixo assinado, credencia o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) do documento de identidade nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, para participar das reuniões relativas ao processo licitatório em referência, o qual está autorizado(a) a requerer vistas de documentos e propostas, manifestar-se em nome da empresa, desistir e interpor recursos, rubricar documentos, assinar atas e propostas, negociar os valores propostos e praticar, na forma da lei, todos os demais atos inerentes ao certame indicado, a que tudo daremos por firme e valioso.

Local e data, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2020.

---

**Assinatura do Representante Legal**  
**(Cargo – RG – CPF)**

#### **Observações:**

- O texto acima é mera sugestão. A empresa licitante poderá alterá-lo, se considerar conveniente, desde que as alterações contemplem claramente as designações necessárias ao Credenciado, sem deixar dúvidas.
- Utilizar, se possível, papel timbrado da empresa, ou apor o carimbo do CNPJ.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU**  
**ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

A empresa \_\_\_\_\_, portadora CNPJ sob n.º \_\_\_\_\_ neste ato legalmente representada pelo Sr. \_\_\_\_\_ RG \_\_\_\_\_ **DECLARA** que está **ciente, concorda** e que **cumpre plenamente todos os requisitos de habilitação** para participar do **“Pregão Presencial n.º. 001/2020 – Processo 001/2020”- CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL**

Local e data, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
**Assinatura do Representante Legal**  
**(Cargo – RG – CPF)**

**ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO**

A Empresa \_\_\_\_\_ CNPJ n.º \_\_\_\_\_, sediada no município de \_\_\_\_\_, declara, sob as penalidades da Lei, que atende à exigência do inciso V do art. 27 da Lei Federal n.º 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854 de 27 de outubro de 1999, não empregando menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregando menor de dezesseis anos;

(Assinalar a “Ressalva” a seguir, caso ocorra a situação)

[  ] Ressalva: emprega menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz.

Assume, ainda, esta Empresa, inteira responsabilidade pela veracidade de todas as informações prestadas.

Local e data, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal)

**ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA QUALIFICAÇÃO**

**Processo Licitatório n.º 001/2020**  
**Pregão Presencial n.º: 001/2020**

A Prefeitura Municipal de Itanhandu,

O signatário da presente, em nome da proponente declara para todos os fins de direito:

- a inexistência de fatos supervenientes impeditivos da qualificação ou que comprometam a idoneidade da proponente nos termos do artigo 32, parágrafo 2º e artigo 97 da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações.
- que não está impedida de transacionar com a administração pública.
- que não foi declarada inidônea por ato do poder público.
- que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei n.º 8.666/93.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

Local e data, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2020.

\_\_\_\_\_  
(assinatura do representante legal)

### **ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa \_\_\_\_\_ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ n° \_\_\_\_\_ é **microempresa ou empresa de pequeno porte**, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão Presencial n° 001/2020, realizado pelo Município de Itanhandu, Estado de Minas Gerais.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
Nome do representante  
RG n° .....

### **ANEXO VIII**

### **MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO N. °001/2020**

**PREGÃO PRESENCIAL N. ° 001/2020**

**Objeto:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguros para veículos da Frota Municipal, com cobertura contra danos materiais resultantes de sinistros de roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 horas, incluindo serviços de guincho em todo Território Nacional.

A empresa ....., propõe fornecer a Prefeitura Municipal de Itanhandu, em estrito cumprimento ao previsto no edital da licitação em epígrafe, serviços conforme abaixo discriminado; concordando que a prestação de serviço será cumprida conforme determina o Edital e Anexos, após o recebimento da nota de empenho, ou a ordem de serviço.

Todos os campos são de preenchimento obrigatório

Razão Social

CNPJ

Endereço

Telefone/Fax

Banco

Agência

Conta corrente

Dados do Signatário - para assinatura do Contrato

Nome:

Cargo:

Nacionalidade

Identidade

CPF



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

--	--	--

FROTA DO MUNICIPIO											
Item	Descrição	Casco	Danos Materiais	Danos Corporais	Morte	Invalidez	Despesas médicas	Dano Moral	Franquia (limite máximo)	Prêmio	
1	DOBLO RONTAN AMBULANCIA 1.8 8V FLEX FIAT, PLACA HNH 0660, ANO 2010/2010  CHASSI: 9BD223155A2018188	100% T.FIPE	100.000, 00	100.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	R\$ 3.401,17	
2	KANGOO NIKS AMBULÂNCIA 1.6 16V FLEX RENAULT, PLACA EIM 3218, ANO 2010/2010  CHASSI: 8A1FC1Y15AL512171	100% T.FIPE	100.000, 00	100.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	R\$ 4.979,71	
3	UNO MILLE ECONOMY 1.0 FIRE FLEX FIAT, PLACA OPY 2400, ANO 13/13  CHASSI: 9BD15822AD6836712	100% T.FIPE	100.000, 00	100.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	R\$ 2.284,88	
4	MILLE ECONOMY 1.0 FIRE FLEX FIAT, PLACA OPY 2411 ANO 13/13 UNO  CHASSI: 9BD15822A6836402	100% T.FIPE	100.000, 00	100.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	R\$ 1.846,50	
5	UNO MILLE ECONOMY 1.0 FIRE FLEX FIAT, PLACA OPY 2425, ANO 13/13  CHASSI: 9BD15802AD3835686	100% T.FIPE	100.000, 00	100.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	R\$ 1.846,50	
6	CAMINHÃO 26.280 E CONSTELLATIC E5 6X4 VOLKSVAGEN, PLACA OXB 5604, ANO 2013/2014  CHASSI: 95365826XER412887	100% T.FIPE	100.000, 00	100.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	R\$ 8.664,95	
7	GOL CITY 1.6 8V TOTAL FLEX VOLKSVAGEN, PLACA HMN 7694, ANO 2007/2008  CHASSI: 9BWCB05W78T154872	100% T.FIPE	100.000, 00	100.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	R\$ 2.195,16	
8	KANGOO AMBULÂNCIA FLEX RENAULT, PLACA OQV 8522, ANO 2013/2014  CHASSI: 8A1FC1415EL666631	100% T.FIPE	100.000, 00	100.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	R\$ 3.876,55	
9	KOMBI STANDART 1.4 8V TOTAL FLEX VOLKSVAGEN, PLACA OPO 2728, ANO 2013/2013  CHASSI: 9BWMF07X2DP019025	100% T.FIPE	100.000, 00	100.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	R\$ 2.413,71	



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

10	KOMBI STANDAR 1.4 8V TOTAL FLEXVOLKSVAGEN, PLACA OPO 2738, ANO 2013/2013  CHASSI: 9BWMF07X7DP019019	100% T.FIPE	100.000, 00	100.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	R\$ 2.413,71	
11	MICRO ONIBUS IVECO DAILY (DIESEL) NAC CITY CLASS 70C17 (ESCOLAR) PLACA OQM 8904, ANO 2013/2013  CHASSI: 93ZL68C01D8452535	100% T.FIPE	100.000, 00	100.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	R\$ 11.776,17	
12	PEUGEOT BOXER MINIBUS 2.3 JTD, PLACA PUP 9996, ANO 2014/2014  CHASSI: 936ZBWMMBE2135453	100% T.FIPE	100.000, 00	100.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	R\$ 4.379,24	
13	ÔNIBUS 15.190 ESCOLAR MARCOPOLO VOLKSVAGEN, PLACA HLF 8059, ANO 2011/2012  CHASSI: 9532882W1CR229	100% T.FIPE	100.000, 00	100.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	R\$ 11.567,81	
14	MICRO ÔNIBUS IVECO CITYCLASS 6013, PLACA HMN 3867, ANO 2005/2006  CHASSI: 93ZC6190168321011	100% T.FIPE	100.000, 00	100.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	R\$ 12.217,17	
15	PALIO FIRE ECONOMY 2P FIAT, PLACA PVE 0967, ANO 2014/2015  CHASSI: 9BD17102LF5988908	100% T.FIPE	100.000, 00	100.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	R\$ 1.837,33	
16	PALIO FIRE ECONOMY 4P FIAT, PLACA PVE 0963, ANO 2014/2015  CHASSI: 9BD17122LF5993006	100% T.FIPE	100.000, 00	100.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	R\$ 1.837,33	
17	PALIO FIRE ECONOMY 4P FIAT, PLACA PVX 0632, ANO 2014/2015  CHASSI: 9BD17122ZG7579728	100% T.FIPE	100.000, 00	100.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	R\$ 1.837,33	
18	TECTOR ATTACK 170E 22 4.2 E5 IVECO FIAT, PLACA ORC 8717, ANO 2013/2014  CHASSI: 93ZA1RG50E8925227	100% T.FIPE	100.000, 00	100.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	R\$ 7.084,05	
19	UNO MILLE ECONOMY FIAT, PLACA HLF 7232, ANO 2011/2012  CHASSI: 9BD15822AC6581700	100% T.FIPE	100.000, 00	100.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	10.000, 00	R\$ 2.046,50	



## PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANDU

20	ÔNIBUS MPOLO/VOLARE V8L 4X4 EO ESCOLAR, PLACA QUT-4856, ANO 2019 CHASSI: 93PB58M10KC098912	100% T.FIPE	100.000,00	100.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	R\$ 15.817,53	
21	ÔNIBUS VW/15.190.E.HD ORE ESCOLAR, PLACA PVY-7481, ANO 2014 CHASSI: 9532E82W3ER445907	100% T.FIPE	100.000,00	100.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	R\$ 13.896,85	
22	ÔNIBUS VW/NEOBUS, MINI ESCOLAR, PLACA QQQ-8695, ANO 2019/2020 CHASSI: 9532M52P2LR006835	100% T.FIPE	100.000,00	100.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	R\$ 19.826,93	
23	MICROÔNIBUS RENAULT/MASTER NIKS M020 ESCOLAR, PLACA QUR 7730, ANO 2019/2020 CHASSI: 93YMAFEXCLJ063667	100% T.FIPE	100.000,00	100.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	R\$ 9.331,86	
24	ÔNIBUS VW/15.190 EOD E HD ORE ESCOLAR, PLACA PWB-2575, ANO 2014 CHASSI: 9532E82W0ER446626	100% T.FIPE	100.000,00	100.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	R\$ 13.896,85	
25	MICROONIBUS RENAULT/MASTER FFORMA.ES, PLACA QUY-5988, ANO 2019/2020 CHASSI: 93YMAFEXCLJ145806	100% T.FIPE	100.000,00	100.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	R\$ 7.635,30	

**TOTAL R\$..... (.....) por extenso.**

1 - A validade desta proposta é de 60 (sessenta) dias, contados da data da abertura da sessão pública e pregão.

Local, de de 2020.

\_\_\_\_\_  
(nome e assinatura do representante legal da licitante)

R.G.:

Cargo: